

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

YOHANA MOURA CARDOSO

**A INFLUÊNCIA DA MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA E A MANEIRA COMO AS ESCRITORAS LIDAM COM
A INTERSECÇÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO**

**Jaguarão
2025**

YOHANA MOURA CARDOSO

**A INFLUÊNCIA DA MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA E A MANEIRA COMO AS ESCRITORAS LIDAM COM
A INTERSECÇÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof^o. Dr. Maurício Aires Vieira

Coorientadora: Prof^a. Dra. Milena Rosa Araújo Ogawa

**Jaguarão
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C257i Cardoso, Yohana Moura

A Influência da Mulher Negra na Literatura Brasileira Contemporânea e a Maneira como as Escritoras Lidam com a Intersecção de Raça, Classe e Gênero. / Yohana Moura Cardoso.
49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. Maurício Aires Vieira e Prof^a. Dr^a. Milena Rosa Araújo Ogawa".

1. Literatura negra. 2. Interseccionalidade. 3. Feminismo negro. 4. Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo e Lélia Gonzales. I. Título.

YOHANA MOURA CARDOSO

**A INFLUÊNCIA DA MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA E A MANEIRA COMO AS ESCRITORAS LIDAM COM
A INTERSECÇÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português, Licenciatura a Distância da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 10 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Maurício Aires Vieira
Orientador
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Profa. Dra. Milena Rosa Araújo Ogawa
Coorientadora
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Profa. Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Esp. Júlio Lopes Cruz
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL



Assinado eletronicamente por **Júlio Lopes Cruz, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Carolina Kesser Barcellos Dias, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Milena Rosa Araújo Ogawa, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MAURICIO AIRES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/07/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1776605** e o código CRC **18738A53**.

Dedico este trabalho aos meus pais, que, com muito amor e incontáveis sacrifícios, me mostraram que o estudo é a chave para abrir portas e alcançar sonhos. Tudo o que conquistei e ainda conquistarei é reflexo do amor e dos valores que vocês me ensinaram. Amo vocês, e sou eternamente grata por tudo.

AGRADECIMENTO

Agradeço à gestão e organização da Universidade Federal do Pampa por me acolher com tanta dedicação, mesmo estando tão longe da cidade onde vivo. Cada professor, mediador e tutor desempenhou um papel essencial no meu desenvolvimento acadêmico, compartilhando conhecimentos em todos os momentos desta jornada.

À minha orientadora, professora Milena Rosa Araújo Ogawa, expresso minha gratidão pela paciência, dedicação e pelo tempo que disponibilizou para orientar este trabalho. Sua experiência brilhante e seus conselhos foram fundamentais para que este projeto se tornasse possível, e sou profundamente grata por sua orientação e apoio.

Aos meus pais, Danilo e Jucelma, dedico um agradecimento especial. Pelo amor incondicional, pelos sacrifícios que fizeram para que eu pudesse chegar até aqui, e por cada gesto de incentivo, seja nas broncas ou nos momentos de renúncia em favor dos meus estudos. Agradeço por cada dia em que estivemos unidos em casa, sempre priorizando o que era melhor para a nossa família. O apoio e o amor de vocês são fundamentais para todas as minhas conquistas. Amo vocês imensamente!

À minha irmã, Yuni, sou grata pela paciência e compreensão durante esta etapa. Apesar das brincadeiras e reclamações, ela sempre respeitou meus momentos de estudo e até deixou de assistir 'Young Sheldon' nos dias de prova, criando um ambiente de silêncio e apoio. Cada gesto simples, mas cheio de significado, foi uma prova de amor e incentivo aos meus esforços.

Às escolas que me acolheram durante a realização dos meus estágios e trabalhos – Escola Estadual Michel Haber, Escola Estadual Professor Evaristo Fabrício, Escola Estadual Ângelo Scarabucci e Escola Estadual Lina Picchioni – minha gratidão pelo acolhimento, paciência e parceria que tornaram possível a realização das atividades e trabalhos propostos.

Enfim, agradeço a Deus, por sempre me dar saúde e me guiar pelos caminhos certos!

“Há esse imaginário que se faz da mulher negra que samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame. Mas reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, o imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe.”

Conceição Evaristo

RESUMO

Este trabalho parte da análise de três obras da nossa Literatura Brasileira: *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2016 [orig. 1992]); *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo (2015); e *Primavera para as Rosas Negras*, de Lélia Gonzalez (2018). A pesquisa compreende a maneira como suas obras expressam as questões de raça, classe e gênero, sendo um meio de resistência e transformação social. A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, a pesquisa tem como fundamento teorias de interseccionalidade e feminismo negro, destacando o impacto das narrativas dessas autoras na luta contra o racismo estrutural e a desvalorização da mulher negra no Brasil. O estudo mostra como essas escritoras utilizam a Literatura não apenas como espaço de denúncia das desigualdades, mas também como forma de valorização das culturas afro-brasileiras, da oralidade e da memória coletiva. Suas obras literárias são marcadas pelas experiências e vivências periféricas, ancestralidade e crítica social, promovendo importantes reflexões sobre identidade, exclusão social, resistência e a busca pelo pertencimento, demonstrando a necessidade da busca pela equidade racial e de gênero. Ao longo do trabalho, observa-se como essas autoras desconstruem estereótipos, desestabilizam discursos discriminatórios e contribuem para a formação de uma consciência crítica e antirracista. Dessa forma, este trabalho tem como finalidade reafirmar a relevância da literatura negra como resistência, combate a repressões e transformação social.

Palavras-chave: Literatura negra; Interseccionalidade; Feminismo negro.

ABSTRACT

This work is based on the analysis of three works of our Brazilian Literature: *Quarto de Despejo*, by Carolina Maria de Jesus (2016 [orig. 1992]); *Olhos d'Água*, by Conceição Evaristo (2015); and *Primavera para as Rosas Negras*, by Lélia Gonzalez (2018). The research examines how their works express issues of race, class, and gender, serving as a means of resistance and social transformation. Based on a qualitative and descriptive approach, the research is grounded in theories of intersectionality and Black feminism, highlighting the impact of these authors' narratives in the struggle against structural racism and the devaluation of Black women in Brazil. The study shows how these writers use literature not only as a space for denouncing inequalities but also as a way of valuing Afro-Brazilian cultures, orality, and collective memory. Their literary works are marked by peripheral experiences, ancestry, and social critique, promoting important reflections on identity, social exclusion, resistance, and the search for belonging, demonstrating the need to pursue racial and gender equity. Throughout the work, it is observed how these authors deconstruct stereotypes, destabilize discriminatory discourses, and contribute to the formation of a critical and anti-racist consciousness. Thus, this work aims to reaffirm the relevance of Black literature as resistance, a means of combating oppression, and a tool for social transformation.

Keywords: Black literature; Intersectionality; Black feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carolina Maria de Jesus	17
Figura 2 – Revista O Cruzeiro de 20 de junho de 1959 - Carolina Maria de Jesus	18
Figura 3 – Maria da Conceição Evaristo de Brito	20
Figura 4 – Jornal o Diário - Samba de Favela	21
Figura 5 – Lélia Gonzalez	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MNU – Movimento Negro Unificado

MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TRAJETÓRIAS E VOZES NEGRAS	17
2.1	Carolina Maria de Jesus	17
2.2	Conceição Evaristo	20
2.3	Lélia Gonzalez	23
3	DECOLONIALIDADE E A LITERATURA COMO ESPAÇO PARA EXISTIR	27
4	ANÁLISE DAS OBRAS	32
4.1	<i>Quarto de Despejo: diário de uma favelada</i> , Carolina Maria de Jesus	32
4.1.1	Raça	32
4.1.2	Classe	33
4.1.3	Gênero	33
4.2	<i>Olhos d'água</i> , de Conceição Evaristo	34
4.2.1	Raça	35
4.2.2	Classe	35
4.2.3	Gênero	36
4.3	<i>Primavera para as Rosas Negras</i> (2018), de Lélia Gonzalez	37
4.3.1	Raça	38
4.3.2	Classe	41
4.3.3	Gênero	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A Literatura é um espaço de disputas de memória e narrativa, especialmente para aqueles sujeitos que, historicamente, foram silenciados. Neste contexto, as escritoras negras brasileiras contemporâneas ocupam um papel central, ao construírem narrativas que articulam as interseções entre raça, classe e gênero, e que desafiam as estruturas sociais excludentes da sociedade brasileira.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) propõe-se a debater a influência de três autoras negras — Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez — no campo literário e na sociedade, com ênfase em como suas produções literárias abordam múltiplas dimensões da opressão e, simultaneamente, promovem a reconfiguração de identidades e a ampliação de vozes historicamente marginalizadas. A pesquisa busca investigar de que forma essas escritoras utilizam suas narrativas para abordar questões sociais e políticas, criando espaços de visibilidade para suas experiências e contribuindo para a valorização e o reconhecimento da mulher negra na literatura brasileira contemporânea. Ao extrapolar os limites da academia, este trabalho pretende fomentar uma discussão ampla sobre o papel transformador da Literatura na luta por justiça e igualdade social.

O corpus da pesquisa é composto pelas obras *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2016 [orig. 1992]); *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo (2015); e *Primavera para as Rosas Negras*, de Lélia Gonzalez (2018). A seleção destas obras justifica-se não apenas pela relevância de suas autoras no movimento de mulheres negras, mas também pela potência de suas produções em confrontar desigualdades históricas e estruturais no Brasil contemporâneo.

Em *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus apresenta uma linguagem visceral, retratando o cotidiano das comunidades periféricas e expondo, de maneira contundente, a exclusão social e o racismo sistêmico. Sua escrita transforma a experiência de uma mulher negra e pobre em uma denúncia social, revelando a marca profunda da desigualdade em seus corpos e trajetórias.

Olhos d'Água, de Conceição Evaristo, introduz o conceito de escrevivência, no qual as experiências da autora e de outras mulheres negras são transformadas em Literatura. As narrativas curtas reunidas na obra transitam entre dor,

resistência e celebração, evidenciando as subjetividades negras em um país atravessado por profundas desigualdades sociais e raciais.

Por sua vez, *Primavera para as Rosas Negras*, de Lélia Gonzalez, compila ensaios e reflexões que articulam sua trajetória pessoal e política com a produção literária e teórica. Gonzalez problematiza as questões de raça, classe e gênero a partir de uma perspectiva decolonial e feminista negra, construindo estratégias de resistência e transformação social no Brasil e na América Latina.

A motivação para esta pesquisa também faz parte de minha trajetória pessoal. Cresci em um contexto social marcado por intensas desigualdades, e a minha família é composta por mulheres negras que sentiram — e ainda sentem — diariamente as injustiças sociais relacionadas à raça e ao gênero. Desde a infância, fui profundamente impactada pelas narrativas que moldam a percepção da identidade negra e feminina no Brasil. Nesse sentido, a Literatura revelou-se para mim como um meio de expressão e resistência, capaz não apenas de refletir, mas também de transformar a realidade.

No âmbito acadêmico, observa-se que a Literatura brasileira contemporânea tem aberto, ainda que de forma lenta e desigual, espaços para as produções de mulheres negras. A partir do contato com obras de autoras negras contemporâneas, compreendi a complexidade das situações que vivem e compartilham — experiências que ultrapassam os relatos de dor e preconceito e que apontam para um desejo de mudança e para a construção de um mundo livre de estereótipos, discriminações e exclusões.

A pesquisa será de natureza qualitativa e descritiva, fundamentada na análise bibliográfica e crítica das obras selecionadas. O desenvolvimento do trabalho seguirá três etapas principais: a) seleção das autoras e de uma obra representativa de cada uma; b) revisão bibliográfica de estudos acadêmicos e críticos que abordem a produção literária negra feminina e as perspectivas do feminismo negro; e c) análise textual das obras, com a produção de fichamentos que evidenciem seus principais elementos narrativos e temáticos.

Assim, ao investigar essas obras, pretende-se compreender como essas autoras constroem narrativas que não apenas denunciam sistemas de opressão, mas também criam espaços de resistência e reivindicação de novas possibilidades de existência. A pesquisa, portanto, busca contribuir para o debate sobre representatividade, justiça social e descolonização do

conhecimento, evidenciando a potência transformadora da literatura produzida por mulheres negras no Brasil contemporâneo.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um panorama biográfico e intelectual das autoras, buscando compreender seus contextos de produção e a trajetória de suas obras. O segundo capítulo discute o conceito de decolonialidade e sua importância para a análise das produções literárias negras, articulando-o com as perspectivas de classe, gênero e raça. Por fim, o terceiro capítulo é dedicado à análise das obras selecionadas, identificando como cada autora constrói suas narrativas.

Dessa forma, este estudo pretende contribuir para o debate sobre as obras literárias de mulheres negras e a decolonização do conhecimento, evidenciando os discursos e a potência da Literatura produzida por mulheres negras no Brasil contemporâneo.

2 TRAJETÓRIAS E VOZES NEGRAS

2.1 Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus (Figura 1) nasceu em 1914, em Sacramento, no estado de Minas Gerais, região que, à época, recebia famílias escravizadas oriundas do Nordeste, deslocadas em razão do declínio da cultura da cana-de-açúcar e da migração compulsória dos trabalhadores (FLORES, 2010, p. 8). Frequentou até o segundo ano primário no Colégio Allan Kardec, em sua cidade natal (FERNANDEZ, 2015, p. 102). Posteriormente, migrou para a cidade de São Paulo, onde tentou a profissão de empregada doméstica, mas, diante das adversidades, passou a sobreviver do recolhimento de papel, ferro, estopa e outros materiais reaproveitáveis encontrados no lixo (MACHADO, 2006, p. 106; FLORES, 2010, p. 8).



Figura 1- Carolina Maria de Jesus

Fonte: Domínio Público - <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carolina_Maria_de_Jesus#/media/Ficheiro:Carolina_Maria_de_Jesus_assinando_seu_livro_Quarto_de_Despejo_em_1960.jpg> Acesso em 01.07.2025.

Em 1948, fixou residência na favela do Canindé, situada às margens do rio Tietê, em São Paulo, onde criou seus três filhos, João José (nascido em 1949), José Carlos (1950) e Vera Eunice (1953), todos de pais diferentes (FLORES, 2010, p. 8). Carolina nunca se casou ou teve um companheiro fixo, não por falta de propostas ou amores (FERNANDEZ, 2015, p. 156).

No início de 1958, ocorreu o encontro entre Carolina e o jovem repórter Audálio Dantas, da *Folha da Noite*, durante uma matéria sobre a favela do

Canindé (MACHADO, 2006, p. 106). Dantas tomou conhecimento dos escritos de Carolina, impressionando-se com a força realista de sua narrativa (FLORES, 2010, p. 9). Em 1959, a revista *O Cruzeiro* (Figura 2) publicou um retrato da favela inspirado nos textos da autora, projetando seu nome nacional e internacionalmente em veículos como *Paris Match*, *Elle* e *Réalité*, além de programas de rádio e televisão, como os de Hebe Camargo e João Silvestre (FERNANDEZ, 2015, p. 156).



Figura 2 - Revista *O Cruzeiro* de 20 de junho de 1959 - Carolina Maria de Jesus
 Fonte: <<https://mdfranceschi.wordpress.com/2017/12/22/a-reportagem-que-revelou-carolina-maria-de-jesus-ao-brasil/>> Acesso em 01.07.2025.

Ainda em 1960, uma seleção de seus manuscritos foi publicada sob o título *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, inaugurando a coleção *Contrastes e Confrontos* da Editora Francisco Alves (FLORES, 2010, p. 9). O sucesso comercial do livro permitiu-lhe adquirir a tão sonhada casa de alvenaria no bairro de Santana, onde, mesmo em melhores condições, enfrentou o preconceito racial e social (FERNANDEZ, 2015, p. 157).

Carolina lançou, em 1961, *Casa de Alvenaria*, também organizado por Audálio Dantas, porém com pouca repercussão (MACHADO, 2006, p. 107). Outros títulos como *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963) também não

obtiveram êxito comercial (FERNANDEZ, 2015, p. 156). Em meados da década de 1960, empobrecida, Carolina vendeu a casa em Santana e mudou-se para um sítio em Parelheiros, extremo sul de São Paulo, onde passou a sobreviver da agricultura de subsistência e da criação de animais (MACHADO, 2006, p. 107; FERNANDEZ, 2015, p. 157).

Mesmo diante das adversidades, Carolina manteve-se fiel à escrita (MACHADO, 2006, p. 108). Em 1975, foi entrevistada por duas pesquisadoras interessadas em literatura feminina no Brasil, manifestando o desejo de intitular seus manuscritos de *Minha Vida e Uma Vida para os Brasileiros*. No entanto, foi publicado na França, em 1982, e traduzido posteriormente para o português, um volume memorialístico centrado em sua infância e nas tradições africanistas da comunidade negra (FLORES, 2010, p. 16).

Carolina faleceu no sítio de Parelheiros-SP, na madrugada de 13 de fevereiro de 1977, vítima de insuficiência respiratória (FERNANDEZ, 2015, p. 159). Sua morte foi noticiada de forma ambígua, mais lembrando seus fracassos do que seus feitos (MACHADO, 2006, p. 108). Contudo, sua obra foi redescoberta a partir de 1996 com a publicação póstuma de extratos inéditos, como *Meu estranho diário* e a coletânea de poemas *Antologia pessoal*, organizados por José Carlos Sebe Bom Meihy (FERNANDEZ, 2015, p. 159).

Graças a Meihy e Levine, muitos de seus manuscritos foram microfilmados e estão disponíveis na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (FERNANDEZ, 2015, p. 159). Em 2003, o cineasta Jeferson De realizou um curta-metragem intitulado *Carolina*, estrelado por Zezé Motta e que contava a vida da autora (MACHADO, 2006, p. 109). No centenário da autora, em 2014, o Instituto Moreira Salles exibiu o documentário *Favela, a vida na pobreza*, dirigido por Christa Gottmann-Elter, em evento que contou com a presença de Vera Eunice, filha de Carolina (FERNANDEZ, 2015, p. 160).

Carolina Maria de Jesus representou um novo imaginário social e a promessa de transformações que ainda ecoam. Mulher negra, pobre, pouco escolarizada, rompeu com as determinações sociais vigentes e, mesmo tendo sido explorada e, por vezes, esquecida, manteve sua dignidade e inscreveu seu nome na história literária brasileira (MACHADO, 2006, p. 109).

2.2 Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito (Figura 3) nasceu em 1946, em uma favela situada no alto da Avenida Afonso Pena, região nobre da zona sul de Belo Horizonte (MACHADO, 2014, p. 1). Com o passar do tempo, os barracos da região foram removidos, em uma política pública que se assemelha à adotada no Rio de Janeiro, marcada pelo apagamento e silenciamento das transformações geográficas das cidades. Assim, a Avenida Afonso Pena prolongou-se e novas construções surgiram, restando à escritora a preservação dos becos e vielas de sua infância apenas na memória afetiva (DUARTE, 2006, p. 305). Filha de Dona Joana e de José, pouco se sabe sobre o pai biológico; considera como pai verdadeiro o senhor Aníbal Vitorino, companheiro de sua mãe. Aos sete anos, passou a residir com a tia materna, Maria Filomena da Silva (LIMA, 2018, p. 1).



Figura 3 - Maria da Conceição Evaristo de Brito

Fonte: Domínio Público - <https://pt.wikipedia.org/wiki/Concei%C3%A7%C3%A3o_Evaristo#/media/Ficheiro:Concei%C3%A7%C3%A3o_Evaristo,_September_2024.jpg> Acesso em 01.07.2025.

Oriunda de uma realidade marcada por privações econômicas, Evaristo migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970 (OLIVEIRA, 2009, p. 621). Concluiu sua Educação Básica em instituições públicas da capital mineira, finalizando o antigo Curso Normal aos 25 anos de idade. Proveniente de uma linhagem de mulheres que exerciam funções domésticas — cozinheiras,

arrumadeiras e lavadeiras — enfrentou inúmeros obstáculos ao decidir estudar, sendo inclusive desencorajada por famílias tradicionais, receosas de perder uma possível substituta para suas empregadas (DUARTE, 2006, p. 305).

Apesar das dificuldades, destacou-se ainda na infância, vencendo um concurso de redação intitulado *Por que me orgulho de ser brasileira?* (DUARTE; NUNES, 2020, p. 34; LIMA, 2018, p. 2). Na década de 1960, escreveu o texto *Samba Favela*, publicado no jornal *O Diário* (Figura 4) e em revista de um seminário em Viamão, no Rio Grande do Sul, texto que a autora hoje considera como gênese da obra *Becos da Memória* (DUARTE; NUNES, 2020, p. 34).

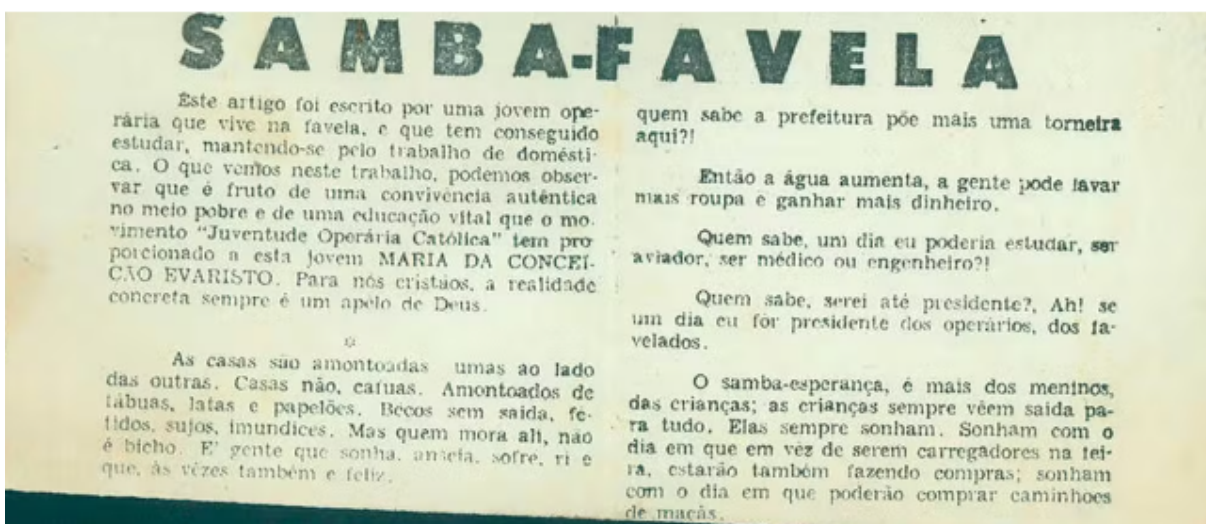


Figura 4 - Jornal o Diário - Samba de Favela

Fonte: <<https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2024/03/conceicao-evaristo-o-importante-nao-e-ser-a-primeira-mulher-negra-na-abl-mas-abrir-perspectiva.ghtml>> Acesso em 01.07.2025.

Após formar-se professora normalista, iniciou sua atuação no magistério público do Rio de Janeiro (MACHADO, 2014, p. 1). Em 1976, ingressou na graduação em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (MACHADO, 2024, p. 2). Ainda na faculdade, impôs sua identidade de gênero e raça sem concessões, recusando mediadores como Audálio Dantas ou Hermínio Belo de Carvalho, e conquistando espaço e respeito em diversos eventos acadêmicos, inclusive internacionais (FRAZÃO, 2013, p. 3). O curso foi interrompido em 1980, devido ao nascimento de sua filha Ainá, sendo concluído em 1989 (MACHADO, 2014, p. 2).

A escolha do curso de Letras foi motivada pela paixão pela Literatura, cultivada desde a juventude, por meio da leitura de autores como Jorge Amado, José Lins, Carolina Maria de Jesus, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Solano Trindade, Abdias do Nascimento e Adão Ventura (DUARTE, 2006, p. 305). Graduada pela UFRJ, atuou no magistério público e em instituições privadas de ensino superior. Iniciou, em 1993, o curso de mestrado em Literatura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, defendendo, em 1996, a dissertação intitulada *Literatura Negra: uma poética da nossa afro brasilidade* (LIMA, 2018, p. 2; OLIVEIRA, 2009, p. 621).

Em 30 de dezembro de 1989, seu marido falece, em Belo Horizonte (LIMA, 2018, p. 2). Durante a década de 1980, integrou o grupo *Negrícia: poesia e arte de crioulo*, que realizava recitais literários em espaços como favelas, presídios e bibliotecas públicas (MACHADO, 2014, p. 2). Foi também nesse período que sua escrita literária ganhou forma mais sistemática, recheando gavetas com rascunhos e experimentações (DUARTE, 2006, p. 305-306).

Seu primeiro romance, *Ponciá Vivência*, foi publicado em 2003 pela editora Mazza (VICINIESCKI, 2020, p. 2). O segundo romance, *Becos da Memória*, escrito entre o final da década de 1970 e início da de 1980, permaneceu inédito por cerca de vinte anos, sendo publicado somente em 2006. A partir de então, seus escritos passaram a atingir um público mais amplo, em especial após *Ponciá Vivência* ter sido incluído como leitura obrigatória no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2007 (OLIVEIRA, 2009, p. 621).

A autora expandiu sua atuação para a narrativa curta, conto, com a publicação de *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), seguido por *Olhos D'água* (2014), finalista do Prêmio Jabuti em 2015. Em 2016, lançou *Histórias de leves enganos e parecenças*. Em 2018, recebeu o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais, em reconhecimento ao conjunto de sua obra (VICINIESCKI, 2020, p. 2).

Conceição Evaristo é doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua tese, intitulada *Poemas Malungos: cânticos irmãos*, defendida em 2011, investiga, por meio de uma análise comparativa, as obras de três autores — Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira, ambos brasileiros, e Agostinho Neto, angolano — destacando as proximidades linguísticas, históricas e

poéticas entre suas produções.¹ Mesmo aposentada, continua atuante como professora convidada em cursos de especialização, ministrando disciplinas ligadas à literatura, educação, gênero e etnia. A escritora reside atualmente no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2009, p. 621; LIMA, 2018, p. 2).

2.3 Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez (Figura 5), intelectual e feminista negra brasileira, nasceu como Lélia de Almeida em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1935 (CARDOSO, 2014, p. 965; RIOS; RATTTS, 2016, p. 1). Filha do ferroviário negro Acácio Joaquim de Almeida e da empregada doméstica de ascendência indígena, Urcinda Seraphina de Almeida, foi a décima-sétima de dezoito filhos (RIOS; LIMA, 2020, p. 343). Durante sua infância, viveu em Belo Horizonte, mas mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em 1942, a convite de seu irmão Jaime de Almeida (NASCIMENTO, 2019, p. 368). Com o auxílio da família e o suporte financeiro de uma família branca de classe média para quem trabalhava durante a adolescência, destacou-se como a única entre seus irmãos a atingir a Educação Superior (RIOS; RATTTS, 2016, p. 1).



Figura 5 - Lélia Gonzalez

Fonte: Domínio Público - <https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%A9lia_Gonzalez#/media/Ficheiro:L%C3%A9lia_Gonzalez_by_Cezar_Loureiro.jpg> Acesso em 01.07.2025.

¹ Cf. tese de Conceição Evaristo - Disponível em:<<https://app.uff.br/riuff/handle/1/7741>> Acesso em 20.07.2025.

Concluiu o ensino científico no tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro em 1954 (RIOS; LIMA, 2020, p. 343) e graduou-se em História e Geografia quatro anos depois. Em 1962, obteve o título de bacharela em Filosofia pela então Universidade do Brasil, atual UFRJ (SANTOS, 2013, p. 166; NASCIMENTO, 2019, p. 369). Durante a década de 1960, atuou como tradutora de obras filosóficas e psicanalíticas do francês para o português (SANTOS, 2013, p. 166). Iniciou sua trajetória docente no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), lecionando também na Universidade Gama Filho, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá e na PUC do Rio de Janeiro (MARQUES et al., 2021, p. 18).

Biógrafos pontua que ascendeu economicamente por meio de processos de embranquecimento simbólico, refletidos em suas amizades na classe média carioca, no gosto musical pela bossa nova e na adoção de padrões estéticos eurocentrados, como o alisamento capilar e o uso de perucas (RIOS; RATTS, 2016). Essas escolhas a tornavam, segundo Flávia Rios e Alex Ratts (2016, p. 1-2), uma forte candidata ao ingresso no universo dos “brancos ilustrados”.

Apesar de não ter filhos biológicos, criou seu sobrinho Rubens de Almeida, filho de sua irmã Maria das Dores. Casou-se duas vezes, sendo seu primeiro casamento com Luiz Carlos Gonzalez, de origem espanhola, cujo sobrenome manteve até o fim da vida (MARQUES et al., 2021, p. 18; NASCIMENTO, 2019, p. 369). Enfrentou resistência racial por parte da família do esposo, o que culminou no fim conturbado da relação e no suicídio de Luiz Carlos em 1965 (MARQUES et al., 2021, p. 18; RIOS; LIMA, 2020, p. 343). Seu segundo casamento foi com Vicente Marota (MARQUES et al., 2021, p. 18).

A experiência de rejeição racial no âmbito conjugal motivou-a a ingressar de forma mais incisiva na militância política contra o racismo estrutural no Brasil (RIOS; RATTS, 2016, p. 2). A década de 1970 foi marcada pela efervescência da rearticulação dos movimentos sociais, especialmente os voltados à população negra, dos quais Lélia foi protagonista. Em 1976, ministrou o curso *Cultura Negra* na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro, e passou a integrar o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. Ainda nesse período, separou-se de Vicente Marota (RIOS; LIMA, 2020, p. 345).

Em 1978, cofundou, ao lado de outros militantes, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente denominado

apenas Movimento Negro Unificado (MNU), cuja proposta era reverter a situação de marginalização vivenciada pela população negra brasileira (SANTOS, 2013, p. 166). Como dirigente do MNU, entre 1978 e 1980, realizou diversas viagens internacionais – África do Sul, Burquina Faso, Senegal, Estados Unidos, Canadá, Finlândia, Suíça e Reino Unido – com o objetivo de conhecer a realidade de mulheres nesses países e participar de eventos e conferências (MARQUES et al., 2021, p. 18).

Durante os anos 1980, sua reflexão voltou-se especialmente à exclusão das mulheres negras e indígenas da sociedade brasileira (CARDOSO, 2014, p. 965). Em coautoria com Carlos Hasenbalg, publicou o influente livro *Lugar de Negro*, em 1982 (SANTOS, 2013, p. 166). Também foi responsável pela publicação *Festas Populares no Brasil*, de 1987, obra premiada na Feira de Leipzig, na Alemanha (RIOS; LIMA, 2020, p. 346).

No âmbito político-partidário, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual candidatou-se a deputada estadual em 1985. No ano seguinte, lançou candidatura a deputada federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ficando na suplência em ambas as ocasiões (MARQUES et al., 2021, p. 25). As tensões internas no PT, sobretudo quanto à centralidade do debate de classe em detrimento das questões raciais, motivaram sua migração para o PDT, onde escreveu o texto *Racismo por Omissão*.

Sua atuação acadêmica prosseguiu com aulas no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, instituição na qual assumiu a chefia do departamento em 1994 (RIOS; LIMA, 2020, p. 347). Nesse mesmo ano, faleceu no Rio de Janeiro, aos 59 anos, vítima de infarto agudo do miocárdio (SANTOS, 2013, p. 167; RIOS; LIMA, 2020, p. 347).

Ao longo da vida, Lélia foi frequentemente confundida com empregadas domésticas em sua própria residência – uma experiência que condensava os estigmas de classe, raça e gênero impostos às mulheres negras brasileiras. A expressão “a patroa está?”, frequentemente evocada por ela em palestras, sintetizava essa intersecção (RIOS; RATTS, 2016, p. 2).

Seu legado inclui 45 registros de artigos, cartas, entrevistas, relatos e debates, além de homenagens e entrevistas reunidas em publicações póstumas (NASCIMENTO, 2019, p. 369). Apesar de seu prestígio nacional e internacional, sua produção encontra-se dispersa e, muitas vezes, esgotada, o que dificulta o acesso de novas gerações de pesquisadores (SANTOS, 2013, p. 167-198). Ainda assim,

sua contribuição permanece fundamental para os estudos interseccionais de raça, gênero e classe no Brasil.

3 DECOLONIALIDADE E A LITERATURA COMO ESPAÇO PARA EXISTIR

No contexto da Literatura contemporânea brasileira, a intersecção entre as dimensões de raça, classe e gênero tem se configurado como uma chave analítica fundamental para compreender as produções das escritoras negras. Este capítulo propõe refletir sobre a decolonialidade para problematizar as relações de poder e as dinâmicas sociais que subjazem suas narrativas. Para tanto, utilizaremos conceitos-chave da teoria decolonial para estruturar a análise das produções literárias dessas autoras, destacando suas contribuições para a Literatura e para a sociedade brasileira.

A intersecção entre raça, gênero e classe, conceito fundamental para entender as desigualdades e discriminações que as mulheres negras enfrentam, também é central na análise de obras literárias. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw², demonstra como a discriminação racial e de gênero não ocorrem isoladamente, mas de forma simultânea e entrelaçada, criando uma experiência única de opressão para as mulheres negras (HIRATA, 2014). A partir dessa leitura, é possível compreender como as autoras negras brasileiras, ao retratarem suas realidades, trazem à tona essas complexas relações, que envolvem não só os fatores de raça e gênero, mas também as dimensões de classe social. O estudo das relações entre raça e gênero nas obras literárias dessas autoras permite compreender como esses fatores estruturam a experiência de suas personagens e refletem as tensões sociais mais amplas.

Além disso, a consubstancialidade, conceito proposto por Danièle Kirgoat³, reforça a ideia de que racismo, machismo e desigualdades de classe caminham juntos como um sistema único de opressão. Ao aplicarmos essa noção à Literatura de autoras negras, podemos entender como essas questões não apenas coexistem, mas se reforçam mutuamente, criando uma teia de opressão que afeta as mulheres negras de forma multidimensional (HIRATA, 2014). Nesse sentido, a Literatura se torna um espaço de resistência e subversão, onde as autoras contestam as estruturas de poder dominantes e oferecem novas narrativas sobre identidade, corpo e pertencimento.

² Norte americana atuante na crítica feminista é professora na Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia em Los Angeles.

³ Francesa, socióloga, professora e diretora do *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques* de Paris.

A relação entre gênero e raça nas políticas públicas, conforme abordado por Laís Abramo (2004), também oferece um contexto importante para entender as condições materiais que afetam as mulheres negras, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e à pobreza. Abramo (2004) destaca que, embora as discriminações de gênero e de raça sejam problemáticas por si mesmas, elas se intercalam de maneira particularmente perniciosa no caso das mulheres negras, tornando sua situação ainda mais desvantajosa. A discriminação no mercado de trabalho, onde as mulheres negras enfrentam barreiras adicionais devido à sua raça e gênero, é um reflexo das dinâmicas sociais que também estão presentes nas obras literárias dessas autoras.

A pobreza e a exclusão social são, assim, questões centrais na discussão sobre as desigualdades de gênero e raça. A pobreza não é uma condição neutra, mas está intimamente associada a questões de gênero e raça, como evidenciado por Abramo (2004), que aponta que, no Brasil, a maioria dos negros está em situação de pobreza, representando 69% da população nessa condição. A literatura de autoras negras não apenas denuncia essas desigualdades, mas também propõe formas de resistência e de construção de novos significados para o ser negro e feminino na sociedade brasileira. Essas autoras apresentam uma perspectiva decolonial que recusa a visão homogênea e excludente da modernidade⁴, propondo uma reinterpretação das histórias e identidades periféricas.

No contexto das obras literárias analisadas, a teoria decolonial se torna uma ferramenta crucial para entender as múltiplas formas de resistência às estruturas de poder colonial. Assim como Abramo (2004) defende a necessidade de políticas públicas que integrem a perspectiva de gênero e raça, a literatura dessas autoras busca estabelecer novos espaços de visibilidade e empoderamento para sujeitos historicamente marginalizados. Ao contrário da visão tradicional que nega essas identidades, a escrita dessas autoras reafirma a dignidade e a complexidade das experiências negras e femininas, propondo alternativas de vida e saber.

Oliveira e Lucini (2021) fazem uma distinção importante entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se ao processo histórico de domínio político e

⁴ Compreende-se, neste contexto, a Modernidade como um marco histórico indissociável do processo de racialização estruturante, inaugurado com a colonização das Américas. Trata-se de um período em que a expansão europeia não apenas instituiu novas formas de dominação política e econômica, mas também elaborou categorias raciais como fundamento para legitimar a exploração, a escravização e a expropriação de territórios e saberes (colonialidade de poder e saber), inscrevendo a diferença racial no cerne do projeto moderno-colonial.

econômico sobre outras nações, enquanto a colonialidade se relaciona à persistência das estruturas de poder, conhecimento e existência que perduram mesmo após o fim formal do colonialismo. Essa distinção é crucial para entendermos como o legado colonial continua a estruturar as relações sociais, políticas e econômicas nos países pós-coloniais, incluindo o Brasil. A colonialidade é um domínio sutil e invisível, que persiste nas interações sociais e nos contextos de produção de conhecimento, afetando a vida cotidiana das populações subjugadas.

No que se refere à relação entre modernidade e colonialidade, Oliveira e Lucini (2021) aprofundam a análise ao destacar que a modernidade, frequentemente associada ao avanço, à ciência e ao racionalismo, foi edificada sobre os alicerces do colonialismo, utilizando-se da exploração, submissão e aniquilação de populações não europeias. A consolidação do projeto moderno europeu se deu mediante a imposição de uma ordem mundial que marginalizou outras culturas e formas de existência. Portanto, compreender a modernidade requer uma reflexão crítica sobre suas origens coloniais, que ainda se reverberam nas práticas de exclusão e discriminação nos dias atuais.

A tríade modernidade/colonialidade/descolonialidade, conforme sugerido por Oliveira e Lucini (2021), é um conceito fundamental para a análise de narrativas de resistência. O pensamento decolonial não se limita a uma crítica às estruturas de poder colonial, mas também propõe alternativas epistemológicas e ontológicas que rompem com a lógica colonial. A descolonialidade, portanto, busca oferecer novos modos de pensar e viver, rejeitando as narrativas e epistemologias que emergem do colonialismo e da modernidade. É uma tentativa de reconfigurar os paradigmas estabelecidos, possibilitando a construção de novas formas de conhecimento e de ser no mundo.

Um dos aspectos centrais da teoria decolonial é o conceito de colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza. A colonialidade do poder se refere à organização hierárquica das relações de poder que transcendem as esferas política e econômica, penetrando também nas dimensões culturais e epistemológicas. A colonialidade do saber envolve o controle da produção do conhecimento, que historicamente foi estruturado sob uma perspectiva eurocêntrica, marginalizando outros saberes e formas de conhecimento. Já a colonialidade do ser diz respeito à construção de identidades subalternas, em que as populações colonizadas foram forçadas a internalizar estigmas e a negar suas próprias culturas e formas de

existência. Finalmente, a colonialidade da natureza abrange a exploração do meio ambiente e das populações indígenas e afrodescendentes, considerando-os como objetos a serem dominados e explorados (OLIVEIRA; LUCINI, 2021).

A questão da raça, conforme abordada por Oliveira e Lucini (2021), é um dos elementos centrais para compreender a dinâmica da colonialidade. A raça não é uma categoria biológica, mas uma construção social que foi utilizada para justificar a subordinação e a exploração dos povos colonizados. No contexto brasileiro, essa construção racial teve um papel fundamental na criação de categorias de “superioridade” e “inferioridade”, estruturando práticas de discriminação e violência que perduram até hoje. A análise da raça, portanto, é crucial para entender as formas de dominação que se perpetuam nas relações sociais, políticas e econômicas.

Oliveira e Lucini (2021) não apenas oferecem uma crítica profunda às categorias decoloniais, mas também destacam a relevância prática dessas categorias para as pesquisas acadêmicas. O pensamento decolonial não deve ser visto como um exercício puramente teórico, mas como uma ação concreta de resistência às estruturas coloniais. Nesse sentido, a pesquisa decolonial deve ser orientada para a construção de novas epistemologias que sejam mais inclusivas e equitativas, capazes de refletir as realidades e os saberes dos povos colonizados. A proposta de Oliveira e Lucini sugere que, ao adotar uma abordagem decolonial, é possível contestar as hierarquias epistemológicas estabelecidas pela modernidade colonial e abrir novos caminhos para o conhecimento.

Para problematizar como as autoras negras brasileiras lidam com a intersecção entre raça, classe e gênero, é necessário também refletir sobre as dinâmicas de poder que afetam a infância, especialmente a infância negra das periferias. A obra de Jacques Gauthier e Shara Costa Adad (2020) destaca a resiliência e inventividade das crianças, particularmente das meninas negras, ao enfrentarem desafios relacionados à sua identidade e ao seu corpo. Essas crianças, muitas vezes culpabilizadas por circunstâncias sociais que fogem ao seu controle, elaboram táticas de resistência que visam alterar as narrativas impostas pela sociedade.

O corpo, em especial o corpo das meninas negras, é um espaço de resistência e transformação. Ao vivenciarem mudanças físicas e psicológicas, essas crianças buscam o reconhecimento e o afeto, muitas vezes alterando a percepção

que os outros, especialmente suas famílias, têm delas (GAUTHIER; ADAD, 2020). O conceito de “mutante” é utilizado neste trabalho de maneira simbólica para refletir a transformação do corpo infantil negro em um espaço de resistência e afirmação. A partir das obras mencionadas, as autoras negras buscam demonstrar o crescimento da criança negra, especialmente da menina, que desafia o racismo, machismo e patriarcado. Esse corpo em mudança passa a ocupar um lugar importante de fala, para o combate das discriminações.

A resistência das crianças negras periféricas se dá, entre outras formas, pela criatividade, que se manifesta nas estratégias que elas utilizam para enfrentar suas realidades, sendo estas a valorização da ancestralidade, a afirmação de identidade e a escrita como forma de denúncia e combate ao racismo, sexismo, a exclusão social e a pobreza. Essas crianças, ao transformarem suas identidades e corpos, reivindicam não apenas uma mudança de status, mas também a oportunidade de reconfigurar as relações familiares e sociais que as cercam (GAUTHIER; ADAD, 2020). Esse processo de resistência também se reflete nas interações de poder dentro da família, onde a inversão de papéis, a aquisição de relevância e a disputa pelo reconhecimento geram novos espaços de poder.

Dentro de uma perspectiva decolonial, é fundamental reconhecer e valorizar o saber produzido por meninas negras das periferias, desafiando a hegemonia do conhecimento acadêmico dominante. Gauthier e Adad (2020) argumentam que a pesquisa acadêmica deve ser reconfigurada para dar espaço às experiências e saberes que emergem dos grupos marginalizados, como as meninas negras da periferia, que possuem uma visão de mundo única e profundamente crítica em relação às narrativas estabelecidas.

Este capítulo, ao articular as categorias da teoria decolonial com as dinâmicas de poder que atravessam a Literatura de escritoras negras, buscou oferecer uma compreensão das formas de resistência e das alternativas epistemológicas propostas por essas autoras. Suas obras não apenas contestam as narrativas coloniais, mas também criam novos espaços de visibilidade e de empoderamento para os sujeitos historicamente marginalizados.

4 ANÁLISE DAS OBRAS

4.1 *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus

Em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus utiliza suas vivências para ilustrar como raça, classe e gênero se entrelaçam em sua experiência de vida, revelando um contexto de exclusão social e luta constante para sobreviver nas favelas. Ao abordar essas dimensões, a autora não apenas denuncia a desigualdade e a marginalização de sua comunidade, mas também traz à tona uma crítica profunda ao racismo estrutural, às condições de classe e à desigualdade de gênero, refletindo uma perspectiva decolonial.

3.1.1 Raça

Carolina Maria de Jesus, como mulher negra, enfrenta constantemente o racismo, não só pela sua cor, mas também pela forma como sua existência é marginalizada dentro da sociedade brasileira. A autora denuncia, por meio de seus relatos, o tratamento desigual que os negros enfrentam, o que reflete no racismo estrutural existente nas favelas e fora delas.

Em diversos trechos, Carolina faz questão de destacar como a sua cor de pele é vista com desprezo e inferioridade pela sociedade branca, como quando ela menciona: “O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também” (JESUS, 2016, p. 55).

A autora questiona as justificativas da superioridade racial, expondo uma crítica ao sistema racial brasileiro que coloca os negros em uma posição inferior, sem uma base legítima para essa distinção, pois as experiências humanas básicas como fome e doença não diferenciam as raças.

Além disso, Carolina celebra sua identidade negra, como no trecho: “Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco” (JESUS, 2016, p. 55). Essa afirmação traz uma crítica ao ideal de beleza imposto pela sociedade branca, valorizando a própria negritude e destacando a resistência a uma estética racista. Ela defende que a cultura negra, mesmo marginalizada, possui sua própria beleza e valor, sugerindo um olhar decolonial que busca resgatar a autoestima e a identidade afro-brasileira.

4.1.2 Classe

A classe social é uma questão central na obra de Carolina. A autora descreve com detalhes a dura realidade dos favelados, como o sofrimento constante da fome, a luta para garantir o sustento de seus filhos e as condições sub-humanas nas quais vive. Ela afirma: “Atualmente somos escravos do custo de vida” (JESUS, 2016, p. 10), uma crítica contundente à exploração da classe trabalhadora e à falta de condições mínimas de sobrevivência. Carolina não apenas denuncia a pobreza, mas a relação de exploração e negligência dos pobres pela elite política e econômica do país.

Ela também aborda as dificuldades impostas pela classe social em suas próprias ambições e desejos, como no trecho: “Meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível” (JESUS, 2016, p. 18). Esse sonho de uma vida melhor, acessível apenas aos ricos, contrasta com a realidade das favelas, onde a precariedade das condições de vida é uma constante vivenciada. Ao mesmo tempo, Carolina denuncia o abandono do poder público aos pobres e a hipocrisia dos políticos, que pouco se importam com a miséria das favelas.

4.1.3 Gênero

A condição de mulher é outra temática importante na obra de Carolina. Ela se vê sobrecarregada com as responsabilidades da casa e da criação de seus filhos, sem o apoio de um companheiro, o que torna sua luta ainda mais difícil. Ela percebe a solidão das mulheres que criam seus filhos sozinhas e a forma como a sociedade vê essas mulheres: “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (JESUS, 2016, p. 19). Nesse momento, Carolina revela a sobrecarga emocional e o peso da responsabilidade materna, que recai de maneira desigual sobre as mulheres, especialmente as mulheres pobres e negras.

A autora também critica as mulheres da favela que, em sua visão, muitas vezes se entregam à prostituição como uma saída para suas dificuldades. Ela diz: “A prostituição é a derrota moral de uma mulher. É como um edifício que desaba” (JESUS, 2016, p. 108). Este comentário, embora polêmico, reflete a complexidade

das escolhas das mulheres em contextos de extrema pobreza, onde as opções são limitadas e a sobrevivência exige sacrifícios difíceis.

A perspectiva decolonial pode ser vista em várias passagens da obra, especialmente no que diz respeito à identidade negra e à luta contra o racismo. Carolina escreve sobre a resistência à opressão e como a sua identidade negra é parte de sua luta cotidiana. Sua visão de mundo busca desafiar o olhar colonizador que inferioriza os negros e as favelas, e a autora propõe, implicitamente, uma valorização da cultura e da identidade afro-brasileira, como um ato de resistência. No trecho: “Fico pensando: os norte-americanos são considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol” (JESUS, 2016, p. 104), Carolina questiona o racismo internacional e aponta para a imensa contribuição dos negros para o mundo, sugerindo que a exclusão da negritude é uma forma de negação da própria natureza e da humanidade.

Estes são alguns exemplos de como a obra de Carolina Maria de Jesus expõe de forma visceral como classe, raça e gênero se entrelaçam na vida de uma mulher negra da favela, sendo a sua narrativa uma denúncia das condições estruturais que perpetuam a pobreza, o racismo e a opressão de gênero. Ao compartilhar sua experiência, Carolina não só critica a sociedade brasileira, mas também apresenta um ponto de vista decolonial que busca resgatar e afirmar sua identidade e resistência frente às adversidades impostas por um sistema excludente.

4.2 Olhos d'água, de Conceição Evaristo

A obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, revela as complexas realidades de mulheres negras, abordando com profundidade questões de classe, raça, gênero e decolonialidade, refletindo sobre como esses elementos se entrelaçam na experiência cotidiana dessas personagens. A autora usa a ficção, contos, para expor o impacto do racismo estrutural, a opressão de gênero e as dificuldades da classe marginalizada, destacando a luta das mulheres negras em um contexto de exploração social e racial.

4.2.1 Raça

A autora explora o racismo estrutural de forma contundente, apresentando personagens que enfrentam discriminação racial em diferentes aspectos de suas vidas. Em um trecho do conto *Maria*, ela descreve como a aparência da mulher negra é alvo de agressões e de estigmatização: “Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher” (EVARISTO, 2015, p. 42). Este incidente revela a violência cotidiana que as mulheres negras sofrem, não só fisicamente, mas também em sua autoestima e dignidade. A pele negra, como em muitos outros momentos da obra, torna-se não apenas um marcador identitário, mas também um fardo.

Além disso, a autora explora o legado da escravidão, algo que atravessa a história de várias das suas personagens. No conto, *Os amores de Kimbá*, a avó de uma delas, por exemplo, “nascera de mãe e de pai que foram escravizados” (EVARISTO, 2015, p. 92), reforçando a continuidade de uma herança histórica de opressão e marginalização racial.

4.2.2 Classe

O tema da classe social permeia a obra com uma denúncia da pobreza estrutural e das condições desumanas em que muitos vivem, especialmente nas periferias urbanas. Conceição Evaristo ilustra a luta pela sobrevivência diante da escassez de recursos materiais. Em um trecho, do conto *Olhos d'água*, a autora descreve a fome das personagens com uma intensidade emocional que expõe as dores físicas e psicológicas dessa condição: “Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento” (EVARISTO, 2015, p. 16)

A fome, como expressão das desigualdades sociais, é descrita como algo que “distrai” a dor, mas também como uma dor incessante, física e emocional. As personagens, no conto *Zaita esqueceu de guardar os brinquedos*, especialmente as mães, enfrentam as dificuldades de uma classe social marginalizada, que luta para garantir o básico, como o alimento: “Se parasse, a fome viria mais rápida e voraz ainda” (EVARISTO, 2015, p. 75).

A pobreza, o desespero e a marginalização, sempre ligadas à invisibilidade do povo periférico, são mostradas de maneira crua, refletindo como essas condições de vida afetam profundamente a identidade e a vivência das mulheres.

4.2.3 Gênero

Em relação ao gênero, *Olhos d'água* aborda as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam no contexto patriarcal. As mulheres negras da obra são apresentadas em sua luta para afirmar suas identidades e resistir às limitações impostas pela sociedade, que as confina a papéis de mãe e esposa. Evaristo, ao descrever essas mulheres, não só dá visibilidade à dor e à luta, mas também à resistência e à autonomia: “Pode-se ver tanto a mulher destruída, vivendo o limite do ser-que-não-pode-ser, inferiorizada, apequenada, violentada. Pode-se ver também aquela que nada, buscando formas de surfar na correnteza” (EVARISTO, 2015, p. 13).

O trecho evidencia a luta diária das mulheres para manter a dignidade, mesmo quando são despojadas de tudo, incluindo as suas próprias vozes. A violência contra as mulheres, que inclui tanto o abuso físico quanto o emocional, é um dos temas recorrentes, mas também é uma história de resistência. A busca por autonomia, seja emocional, física ou econômica, é uma constante na vida das mulheres da obra.

“Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento de meu filho e de filhos alheios” (EVARISTO, 2015, p. 109) neste excerto, do conto *A gente combinamos de não morrer*, destaca não só o papel da mulher negra como cuidadora e nutridora, mas também a sobrecarga que recai sobre ela. É uma mulher que, mesmo em meio à sua própria fome, alimenta os outros, o que reflete a natureza sacrificante do papel feminino, especialmente nas camadas mais empobrecidas.

Assim, a obra de Evaristo pode ser lida também como uma crítica à colonialidade que persiste nas relações sociais e econômicas do Brasil, particularmente no modo como as mulheres negras são marginalizadas e subordinadas. A autora, ao retratar a luta contra as estruturas patriarcais, racistas e de classe, subverte as narrativas históricas que marginalizam e desumanizam as pessoas negras, especialmente as mulheres. A resistência das personagens, como

em muitos dos contos da obra, reflete uma estratégia de decolonização não só do corpo, mas também da mente e da alma, que busca afirmar uma identidade própria e autêntica.

A obra *Olhos d'água* oferece uma profunda reflexão sobre a interseção de classe, raça e gênero, revelando as complexas dinâmicas que definem as vidas das mulheres negras na periferia do Brasil. A autora utiliza essas dimensões para construir narrativas de resistência e de sobrevivência, onde as mulheres, apesar das adversidades, buscam formas de reafirmar sua humanidade e sua dignidade em um contexto marcado pela exclusão e pela violência. A obra, ao dar voz a essas mulheres, não só denuncia as desigualdades estruturais, mas também propõe uma reflexão decolonial sobre as formas de opressão que ainda perpassam a nossa sociedade.

4.3 *Primavera para as Rosas Negras* (2018), de Lélia Gonzalez

A obra *Primavera para Rosas Negras*, da autora Lélia Gonzalez, reúne uma série de artigos e entrevistas em que a autora discute com profundidade as dificuldades enfrentadas pela população negra no Brasil, especialmente no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, à moradia digna e a uma educação de qualidade. Nas entrevistas presentes no livro, Lélia compartilha sua trajetória pessoal, revelando como conseguiu alcançar uma formação acadêmica sólida e destacando sua atuação na luta por igualdade e equidade racial em um país onde, apesar de os negros representarem a maioria da população, são historicamente marginalizados.

Ao longo da leitura, foi possível ampliar minha compreensão sobre a cultura e a religiosidade de matriz africana, além de refletir sobre a importância da valorização da identidade negra, especialmente no que se refere à aceitação do cabelo crespo e cacheado. A autora também aborda o significado histórico dos penteados como as tranças, revelando como esses elementos culturais carregam marcas de resistência, ancestralidade e afirmação diante de um processo contínuo de luta por liberdade e reconhecimento.

4.3.1 Raça

A discussão racial na obra de Gonzalez assume um papel absolutamente central, não apenas enquanto denúncia da exclusão sistemática da população negra no Brasil, mas como projeto político de ressignificação nacional. A radicalidade de sua proposta reside, justamente, na inversão do paradigma colonial e eurocentrado: ao invés de manter os sujeitos negros à margem do imaginário nacional — como apêndices folclóricos ou como herança indesejável do passado escravista —, a autora propõe deslocá-los para o centro da nação, concebendo uma leitura alternativa do Brasil, em que o país se reconhece como negro em sua base, mesmo que pense, projete e deseje ser branco (GONZALEZ, 2018, p. 16). Este reposicionamento epistemológico tensiona a própria constituição do sujeito brasileiro, que historicamente se formou pela negação de sua ancestralidade africana e indígena, internalizando um ideal de branqueamento como modelo de civilização, progresso e pertencimento.

Segundo Gonzalez, o racismo brasileiro não opera, necessariamente, por meio de práticas abertas e codificadas, como nos regimes de segregação legalizada, mas sob a lógica de um racismo disfarçado, sustentado por mitos fundadores — como o da democracia racial — que promovem a negação da existência do preconceito em nome da miscigenação. Esta narrativa, encampada por intelectuais como Gilberto Freyre⁵, segundo a autora, constitui um dos mais perniciosos obstáculos epistemológicos ao reconhecimento do racismo estrutural que conforma o Brasil. A crença de que “somos todos iguais perante a lei” ou de que “a miscigenação harmonizou as relações raciais” encobre os mecanismos sofisticados de exclusão e marginalização que operam cotidianamente contra os corpos negros (GONZALEZ, 2018, p. 35 e p. 68).

Gonzalez denuncia com clareza os estereótipos historicamente construídos acerca da população negra — passividade, incapacidade intelectual, infantilização, subserviência — os quais são constantemente reproduzidos nos discursos institucionais, nos espaços escolares, nos meios de comunicação e até mesmo nos saberes psiquiátricos e pedagógicos (GONZALEZ, 2018, p. 36 e p. 70). Essas

⁵ Em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre elabora a tese da existência de uma suposta “democracia racial” no Brasil, segundo a qual a miscigenação entre brancos, negros e indígenas teria gerado uma convivência harmoniosa entre os grupos étnico-raciais. Tal concepção, amplamente difundida e institucionalmente legitimada, opera como um mecanismo ideológico de negação do racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira desde o período colonial até os dias atuais.

representações não apenas desumanizam, mas legitimam a exclusão e o controle social dos sujeitos negros desde a infância, moldando subjetividades com base na negação do pertencimento racial. A autora revela como o próprio sistema educacional brasileiro é um campo de produção de racismo, no qual crianças negras são marcadas como “desajustadas” e “problemáticas”, submetidas a terapias e avaliações que visam adequá-las a um padrão branco de comportamento e racionalidade. Tal processo, segundo Gonzalez, resulta numa “lavagem cerebral” tão profunda que, quando algumas dessas crianças atingem o ensino superior, “já não se reconhecem como negras” (GONZALEZ, 2018, p. 70).

A autora sublinha ainda a interdição histórica ao acesso da população negra a direitos fundamentais, como saúde, trabalho e educação, demonstrando que os “mais baixos níveis de participação na força de trabalho coincidem, ‘coincidentalmente’, com as mulheres e a população negra” (GONZALEZ, 2018, p. 57). A ideologia do mérito e da mobilidade social esbarra, portanto, em um sistema racialmente hierarquizado, no qual o lugar do negro é naturalizado como periférico e subalterno. A marginalização não é apenas espacial — a população negra, como Gonzalez aponta, concentra-se nas regiões mais empobrecidas e “pré-capitalistas” do Brasil (GONZALEZ, 2018, p. 65) — mas também simbólica e afetiva, produzindo subjetividades marcadas pela rejeição de si e pela busca de aproximação com os valores da branquitude. Essa busca, frequentemente internalizada, manifesta-se no desejo de embranquecimento, na negação da ancestralidade e até na vergonha da própria estética negra: “o desejo de branquear (‘purificar o sangue’, como é dito no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura” (GONZALEZ, 2018, p. 312).

Em sua crítica, Gonzalez articula as consequências contemporâneas da escravidão à permanência de um sistema de privilégios raciais. A “repentina passagem do regime servil para o de trabalho livre”, segundo ela, transformou “o bom escravo em um mau cidadão” (GONZALEZ, 2018, p. 62), criando um imaginário que associa a liberdade do negro à desordem, à incapacidade e à ameaça. Assim, a exclusão política e econômica da população negra passa a ser justificada por uma suposta inaptidão civilizatória, consolidando um projeto de nação onde o negro é tolerado apenas na medida em que não conteste sua posição subordinada.

A autora vai além da denúncia, ao expor os efeitos subjetivos e culturais dessa lógica perversa. As representações pejorativas associadas ao negro — como se vê

no uso comum de expressões como “coisa de preto” (p. 207) ou na polissemia negativa do termo “negro” no próprio dicionário — constituem formas de violência simbólica que reforçam o lugar de inferioridade socialmente imposto. Gonzalez ironiza essa estrutura ao afirmar: “todo crioulo é marginal, até prova em contrário” (p. 232), sintetizando o racismo presumido que rege as relações sociais no Brasil. O corpo negro, constantemente hipervisibilizado como ameaça, ou erotizado como espetáculo, jamais é admitido como sujeito pleno de cidadania.

Ainda que as narrativas hegemônicas neguem a existência do racismo, Gonzalez sustenta que o Brasil é um país profundamente racializado, onde o poder está diretamente vinculado à cor da pele: “quanto mais clarinho você for, mais próximo está do poder” (GONZALEZ, 2018, p. 373). Esse contínuo cromático opera como critério de acesso a bens simbólicos e materiais, instaurando uma lógica de exclusão que se expressa também nas formas de sofrimento psíquico, nas barreiras institucionais e na negação das identidades negras. A afirmação de que “a gente não nasce negro, a gente se torna negro” (GONZALEZ, 2018, p. 373), inspirada por Frantz Fanon⁶, sintetiza a concepção de Gonzalez de que a negritude é uma experiência social e política, marcada pela luta contra um sistema que insiste em apagá-la ou reduzi-la a estereótipos.

Por fim, a autora defende que somente ao se reconhecer como um povo de cor, o Brasil poderá romper com os mitos fundadores que sustentam sua autoimagem racialmente pacificada. O projeto de Lélia Gonzalez é, portanto, um projeto de refundação nacional — não a partir da branquitude idealizada e dominante, mas a partir das vivências, saberes e resistências da população negra. Trata-se de devolver centralidade histórica e política a quem dela foi sistematicamente usurpado, reconstruindo um país que, embora negue sua negritude, é visceralmente negro em sua cultura, em sua língua, em sua memória e em sua gente.

⁶ Nascido no Forte-de-França, na Martinica, Frantz Fanon notabilizou-se por sua atuação como filósofo e psiquiatra, cujas obras exercem profunda influência nos campos do marxismo, dos estudos pós-coloniais e da crítica anticolonial. Sua produção teórica articula análises sobre racismo, colonização, alienação e subjetividade, configurando-se como referência incontornável para a compreensão das dinâmicas de dominação colonial e suas reverberações psíquicas e sociais.

4.3.2 Classe

A reflexão de Gonzalez sobre a categoria classe está indissociavelmente vinculada à crítica do racismo estrutural e à forma como este opera para consolidar e perpetuar a marginalização da população negra dentro da lógica capitalista brasileira. Sua análise parte do entendimento de que, no Brasil, as desigualdades econômicas não são apenas produto de dinâmicas de mercado ou de crises conjunturais, mas sim expressão concreta de uma herança histórica racializada, forjada ainda no período colonial e aprofundada após a abolição da escravidão. Para Gonzalez, o processo de libertação jurídica dos escravizados em 13 de maio de 1888 não representou qualquer inclusão real no mercado de trabalho ou na cidadania plena. Ao contrário, marca-se ali o início de uma longa trajetória de exclusão da população negra do direito ao trabalho digno, à moradia, à educação e à mobilidade social: “o 13 de maio trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra” (GONZALEZ, 2018, p. 128).

A autora denuncia de forma veemente que os corpos negros, outrora valorizados enquanto força de trabalho escrava, passam, com a abolição, a serem considerados inaptos para o regime de trabalho livre, inaugurando um ciclo de marginalização que se estende até os dias atuais. Os negros e negras libertos foram lançados à própria sorte, sem acesso à terra, sem políticas de reparação, e, sobretudo, sem reconhecimento social, o que resultou na formação de cinturões de pobreza nas cidades — cortiços, alagados, invasões, conjuntos habitacionais — como continuidade espacial das antigas senzalas (GONZALEZ, 2018, p. 145).

Nesse sentido, Gonzalez reafirma que a classe trabalhadora brasileira, especialmente em sua fração negra, foi submetida a um projeto de exclusão sistemática, no qual o acesso a direitos elementares como saúde, educação e formalização no emprego foi historicamente negado. A realidade retratada por ela é a de uma população majoritariamente negra que, mesmo composta por trabalhadoras e trabalhadores, é tratada como descartável, invisível e supérflua aos olhos do Estado e do capital. A exploração da mão de obra negra serve, inclusive, para sustentar um sistema de recompensas simbólicas aos brancos pobres, que mesmo destituídos de propriedades, sentem-se superiores ao desfrutarem de privilégios raciais mínimos: “o capitalismo branco se beneficia da exploração da mão de obra negra, enquanto os brancos sem propriedades também se beneficiam do

racismo” (GONZALEZ, 2018, p. 18). Tal estrutura, portanto, não apenas perpetua a desigualdade econômica, mas a naturaliza através da racialização da pobreza.

Longe de operar apenas nos domínios materiais, a opressão de classe também se manifesta simbolicamente e subjetivamente. A autora resgata, por exemplo, a figura da empregada doméstica que não sabe ler, não conhece seus direitos e nem sequer sabe como solicitar a assinatura da carteira de trabalho — retrato cruel da informalidade e da exploração legalizada, sustentada pela ignorância imposta historicamente à população negra (GONZALEZ, 2018, p. 30). Essa realidade reforça a noção de que a pobreza, no Brasil, é racializada, e que o sistema de opressão se estrutura precisamente sobre essa ignorância fabricada e reproduzida. A educação, nesse contexto, aparece não como direito universal, mas como ferramenta de distinção entre classes e raças: “A gente que é pobre tem que estudar pra ver se melhora de vida. A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor” (GONZALEZ, 2018, p. 32). Essa fala, que carrega em si uma esperança de ascensão, revela também a dureza da constatação de que a mobilidade social é privilégio restrito à branquitude, àqueles cuja origem já garante a continuidade dos privilégios.

Gonzalez também denuncia os discursos que tentam reduzir o problema da pobreza negra a categorias como “cultura da pobreza” ou “família desestruturada”, como se a exclusão social fosse resultado de falhas morais ou comportamentais da própria população negra. Tais formulações, segundo ela, escondem o verdadeiro cerne da questão: a persistência de um sistema capitalista autoritário e racista que opera não apenas por exploração, mas por aniquilamento da dignidade de determinados grupos sociais (GONZALEZ, 2018, p. 62). A noção de “anomia social”⁷ é rebatida por Gonzalez como explicação superficial e culpabilizante, que ignora a responsabilidade histórica do Estado e das elites na produção dessa miséria.

Sua crítica aos discursos economicistas — aqueles que pretendem explicar a opressão negra apenas por meio da lógica de classe, apagando a dimensão racial — é particularmente contundente. Para Gonzalez, embora seja inegável que a população negra integra as camadas mais empobrecidas da sociedade, não se pode ignorar que a sua posição dentro da pirâmide social não é apenas fruto da luta de

⁷ O conceito de “anomia social” está ligado à ausência de normas que regulam o comportamento e geram desordem. Lélia Gonzalez critica esse conceito quando é usado para explicar a miséria das populações negras e periféricas, por considerar superficial é incriminador e acusatório, visto que não busca ver as causas estruturais, como o racismo estrutural.

classes, mas da conjugação entre classe e raça. O racismo, nesses casos, não é mero instrumento do capital, mas um pilar estrutural da própria lógica de acumulação, servindo tanto para justificar a desigualdade como para dividi-la: “a categoria ‘raça’ acaba por se diluir numa temática economicista [...] a solução seria a aliança entre trabalhadores de diferentes raças” (GONZALEZ, 2018, p. 62). Ao recusar essa diluição, Gonzalez propõe uma análise mais complexa, que reconhece o papel central da raça na estrutura de dominação de classe no Brasil.

A autora ainda alerta para o silenciamento das estatísticas raciais e para a manipulação dos dados demográficos como forma de perpetuar o mito da igualdade racial e da harmonia social, ocultando a real extensão da miséria que atinge a população negra. Esse apagamento estatístico, somado à falta de produção intelectual negra visível e legitimada, contribui para a perpetuação de um cenário em que a classe trabalhadora negra segue excluída da vida pública, da representação política e da centralidade nos debates acadêmicos e institucionais (GONZALEZ, 2018, p. 43).

Por fim, Gonzalez reafirma que a crise econômica afeta a todos, mas sua incidência não é equânime: “com crise ou sem crise, o negro está sempre numa escala inferior, padece dos males maiores, carrega uma carga pesada” (GONZALEZ, 2018, p. 474). Essa constatação reforça a ideia de que a condição da população negra não é meramente resultado de flutuações conjunturais, mas de um projeto histórico de desumanização, de subalternização profunda e contínua. A classe, portanto, não pode ser pensada sem raça — e vice-versa — sob pena de se manter intocada a arquitetura da desigualdade brasileira.

Gonzalez propõe, assim, uma ruptura epistemológica com os paradigmas tradicionais da análise de classe no Brasil. Sua leitura convida à construção de um pensamento comprometido com a justiça racial e econômica, que reconheça o papel central da população negra não apenas como vítima, mas como sujeito histórico, cujas lutas e resistências desafiam as estruturas do capital e forjam novos horizontes de emancipação social.

4.2.3 Gênero

A abordagem da questão de gênero na obra de Gonzalez insere-se em uma perspectiva interseccional sofisticada, na qual raça, classe e gênero se entrelaçam

de maneira indissociável, conformando um sistema estrutural de opressão que incide com particular violência sobre o corpo e a subjetividade da mulher negra. Longe de tratar o feminino como uma categoria universal, Gonzalez denuncia a invisibilização histórica das especificidades vividas por mulheres negras dentro dos discursos feministas hegemônicos, que muitas vezes recaem em generalizações que ignoram as múltiplas camadas de subalternização e violência que marcam a experiência dessas mulheres no contexto brasileiro.

A autora evidencia que ser mulher negra no Brasil é ser marcada por uma tríplice opressão — de gênero, de raça e de classe — que se articula no cotidiano, na memória e nas estruturas institucionais. Ao tratar da inserção da mulher negra no mercado de trabalho, Gonzalez expõe o caráter seletivo e excludente dos critérios de contratação, muitas vezes eufemisticamente disfarçados em expressões como “boa aparência” ou “ótima apresentação”, que operam como mecanismos velados de exclusão racial: “quando nos anúncios de jornais [...] sugerem expressões tais que ‘boa aparência’ [...] já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras” (GONZALEZ, 2018, p. 44). Tais critérios não apenas impedem a ascensão social, mas reafirmam, simbolicamente, a desumanização dessas mulheres, reduzidas a padrões de beleza eurocêntricos e racistas.

Além da exclusão do espaço laboral qualificado, Gonzalez sublinha a forma como a imagem da mulher negra foi e continua sendo construída socialmente sob estigmas que a sexualizam, desumanizam e desqualificam. A recorrência de estereótipos como o da “doméstica” ou da “mulata” revela não apenas a limitação dos papéis sociais disponíveis às mulheres negras, mas também os lugares de desejo e violência simbólica a que são confinadas: “velho ditado racista: ‘preta pra cozinhar/mulata pra fornicar/e branca pra casar’” (GONZALEZ, 2018, p. 46). Esses estigmas não são resquícios de um passado colonial superado, mas sim dispositivos que ainda hoje orientam a lógica de exclusão e subalternização dessas mulheres em todos os âmbitos da vida social.

A autora também problematiza as relações interpessoais no interior da própria comunidade negra, apontando para a complexidade das dinâmicas de gênero que se manifestam no ambiente doméstico e afetivo. A denúncia da violência doméstica sofrida por mulheres negras por parte de seus companheiros não é feita de forma simplista ou moralizante, mas dentro de uma compreensão ampla das estruturas de opressão que também pesam sobre os homens negros, frequentemente vítimas da

repressão policial e da marginalização econômica. Como observa Gonzalez, muitas mulheres não denunciam os agressores não por passividade ou conivência, mas por uma consciência aguda da seletividade penal e do racismo institucional: “muitas vezes, o cara está dando porrada na mulher, mas [...] ela não quer dar queixa na polícia, porque sabe o que lhe pode acontecer” (GONZALEZ, 2018, p. 231). Trata-se, portanto, de uma escolha marcada pela dor, pela solidariedade e, muitas vezes, pela ausência de alternativas reais de proteção.

Gonzalez ainda propõe uma leitura crítica das teorias feministas produzidas a partir de perspectivas brancas e de classe média, ao afirmar que tais discursos, embora denunciem com justeza a dominação masculina, frequentemente deixam de reconhecer a singularidade da experiência das mulheres negras. Conforme a autora observa, nos textos feministas brasileiros é recorrente o apagamento da identidade racial quando se tratam as mulheres das camadas populares, como se a opressão de gênero operasse de maneira uniforme sobre todas as mulheres: “a mulher negra, as famílias negras [...] não são caracterizadas como tais” (GONZALEZ, 2018, p. 74). Nesse sentido, a crítica de Gonzalez aponta para a necessidade de um feminismo que seja, de fato, interseccional, atento às múltiplas formas de opressão e às estratégias específicas de resistência que emergem dos sujeitos historicamente marginalizados.

É nesse ponto que a autora reafirma a potência política e histórica das mulheres negras, não como vítimas passivas de um sistema opressor, mas como sujeitos ativos, que, ao longo dos séculos, desenvolveram formas autônomas de resistência, sobrevivência e reinvenção de si. A evocação das mulheres escravizadas que preferiam o suicídio à perpetuação do sofrimento nos corpos de seus filhos é exemplar da radicalidade da resistência feminina negra diante da desumanização colonial: “trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela” (GONZALEZ, 2018, p. 39). A recusa à submissão e o impulso de libertação atravessam a história dessas mulheres, desde o cativeiro até os dias atuais, em que seguem enfrentando os efeitos persistentes do racismo estrutural, da misoginia e da desigualdade social.

Por fim, Gonzalez recusa qualquer leitura fatalista sobre o lugar da mulher negra na sociedade. Ao mesmo tempo em que denuncia a brutalidade da exclusão e da violência simbólica, a autora reconhece o papel central dessas mulheres na

organização da vida comunitária, na construção de redes de solidariedade e na produção de saberes que desafiam o status quo. Como ela afirma com contundência: “a presença das mulheres no cenário social é um fato inquestionável” (GONZALEZ, 2018, p. 315), e essa presença, ainda que muitas vezes relegada à margem, é, em sua essência, transformadora e insurgente. Em sua obra, Gonzalez convoca-nos não apenas a enxergar, mas a reconhecer, com seriedade teórica e ética, o protagonismo histórico das mulheres negras brasileiras, cuja trajetória é marcada pela dor, mas também por uma potência inegociável de vida, luta e reinvenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência das escritoras negras contemporâneas na Literatura brasileira, com ênfase nas obras de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez, destacando como suas narrativas dialogam com as questões de raça, classe e gênero, buscando compreender como essas autoras constroem, por meio da Literatura, discursos de resistência e transformação social, contribuindo para o enfrentamento do racismo e da marginalização da mulher negra na sociedade brasileira.

A análise crítica e qualitativa das obras permitiu que eu pudesse destacar o papel fundamental dessas escritoras na desconstrução de estereótipos (como por exemplo, no âmbito profissional, onde estas mulheres negras normalmente são reduzidas aos trabalhos de “doméstica” ou “mulata”, e mesmo tendo todos os requisitos acadêmicos para preencherem uma boa vaga, ainda assim não são selecionadas por não cumprirem o requisito da “boa aparência”) e na promoção de reflexões profundas sobre igualdade racial e de gênero. Suas produções literárias não apenas enriquecem a Literatura nacional brasileira, como também promovem um debate necessário e urgente no meio acadêmico e na sociedade em geral.

Além da relevância acadêmica e social da temática, esta pesquisa também teve um impacto significativo em minha trajetória pessoal. Como mulher parda, pude, ao longo do processo, reconhecer e valorizar minha própria identidade, percebendo com mais clareza o meu lugar no mundo e na História. O contato com a Literatura produzida por estas mulheres negras me possibilitou aprender mais sobre a cultura dos povos africanos, suas lutas, resistências e contribuições para a formação da sociedade brasileira. Este mergulho nas narrativas dessas autoras foi, portanto, um exercício de autoconhecimento e pertencimento, reafirmando a importância de visibilizar vozes historicamente silenciadas por meio de produções acadêmicas e da valorização da literatura negra em nosso país e no mundo.

REFERÊNCIAS

A) Fontes

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro; Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora africana (UCPA), 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2016.

B) Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. **Nota Técnica IPEA**: Mercado de Trabalho, p. 17-21, 25 nov. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5244/1/bmt_n.25_perspectiva.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-989, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós, Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 305-308, abr. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100017>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. **Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus**. Orientadora: Vera Maria Chalmers. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, 2015. Orientadora: Vera Maria Chalmers. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/959623>> . Acesso em: 17 abr. 2025.

FLORES, Elio Chaves. Palavras afiadas: memórias e representações africanistas na escrita de Carolina Maria de Jesus. **Clio**: Revista de Pesquisa Histórica, v. 28, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24239/0>>. Acesso em: 17 abr. 2025.

FRAZÃO, Idemburgo. Nas margens da memória: reflexões sobre marginalidades nas narrativas de Conceição Evaristo. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória: Espírito Santo, v. 19, n. 38, p. 01-12, jul./dez. 2013.

GAUTHIER, Jacques; ADAD, Shara Jane Costa. A Sociopoética como abordagem

de pesquisa e ensino decolonial, contracolonial e libertadora. **Educazione Aperta**, n. 7, p. 262-285, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. .

LIMA, Omar da Silva. Conceição Evaristo: escritora negra comprometida etnograficamente. **Literafro: Portal da Literatura Afro-Brasileira**, 2018.

MACHADO, Bárbara Araújo. “Escre(vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral: Artigos Variados**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

MACHADO, Marília Novais da Mata. Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 105-110, mai./ago. 2006.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Lélia Gonzalez: relações étnico-raciais e lugares de (re)existências**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães do. Resenha Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras em primeira pessoa. **Lutas Sociais: Resenhas, São Paulo**, v. 23, n. 43, p. 367-371, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1, p. 97-115, jan./mar. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. “Escrevivência” em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 651–654, mai./ago. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200019>>. Acesso em: 14 mai. 2025.

RIOS, Flavia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. **Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade, Racismo e Discriminação - ABPN**, 2016. Disponível em: <<https://estudosetnicosraciais.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/04/264872160-a-perspectiva-interseccional-de-lelia-gonzalez.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

SANTOS, Luana Diana. História oral de vida de Lélia Gonzalez: primeiros passos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 164-172, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/23854/13734>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

VICINIESCKI, Bruna. Conceição Evaristo e suas contribuições como escritora e pesquisadora. In: CONGRESSO NACIONAL EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA LINGUAGEM – CONEIL, 1., 2020. **Anais [...]**. Pernambuco: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2020, p. 1-8. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72057>>. Acesso em: 28 abr. 2025.